

Dino Anula Auxílios a Magistrados: Veja a Polêmica Decisão

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 10, 2025



O ministro do STF, Flávio Dino, anulou um benefício considerado abusivo concedido a um ex-juiz pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, afirmando que práticas como o auxílio-alimentação natalino violam a Lei Orgânica da Magistratura e ressaltando a importância de respeitar os limites legais para evitar distorções no sistema judiciário.

Flávio Dino, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), recentemente argumentou contra o “vale-tudo” em concessões de auxílios a magistrados. Ele chamou a atenção para práticas que considera inaceitáveis e desafiou decisões questionáveis envolvendo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG). Nesse cenário, Dino anulou um benefício que estava causando polêmica. Venha comigo entender os detalhes dessa decisão e suas implicações.

STF suspende benefício e reforça limites salariais

No cenário jurídico atual, o **Supremo Tribunal Federal (STF)** desempenha um papel crucial na definição dos limites para benefícios salariais de magistrados e outros profissionais do sistema judicial. Recentemente, o ministro Flávio Dino tomou uma decisão significativa ao suspender um benefício concedido a um ex-juiz pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), o que gerou grande repercussão.

A decisão suspendeu o pagamento de um *auxílio-alimentação retroativo* solicitado pelo ex-magistrado que, segundo ele, deveria ser pago por serviços prestados entre 2007 e 2012, embora só tenha começado a receber o benefício em 2011, após a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O pagamento pretendido girava em torno de **R\$ 26.327,77**, já corrigidos monetariamente.

A decisão inicial da primeira instância a favor do ex-juiz foi aceita, mas após um recurso da União, o **STF** determinou a suspensão do pagamento, trazendo à tona a discussão sobre a equiparação entre julgadores e membros do **Ministério Público**. O governo argumentou que tal concessão feria artigos fundamentais da Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN) e interferiria inadequadamente nos limites estabelecidos pelo Legislativo.

Dino ressaltou a importância de manter integridade e **transparência** no que se refere a salários e benefícios nas carreiras jurídicas. Ele destacou que distorções no sistema de pagamentos podem desencadear um contexto de desordem e injustiça, impactando negativamente a reputação e o funcionamento eficaz do Judiciário.

Dino condena abusos e alerta sobre supersalários

O ministro Flávio Dino não mediu palavras ao condenar os abusos salariais que ocorrem dentro do sistema judiciário brasileiro. Em sua decisão recente, Dino aproveitou para alertar sobre a questão dos “supersalários”, um tema que há tempos gera debates acalorados entre os especialistas e o público em geral.

Dino reforçou que a magistratura brasileira deve respeitar o regime legal vigente, que é atualmente regido pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN). Ele destacou que, enquanto a LOMAN não for revista, seus princípios e diretrizes devem ser seguidos, a menos que entrem em conflito com a Constituição Federal.

Durante a sessão, o ministro salientou que a ação é crucial para prevenir o que ele descreveu como um “*inaceitável valeduto*”. Segundo ele, muitos desses pagamentos exorbitantes decorrem de justificativas dúbias, como isonomia ou “venda” de benefícios, várias vezes contradizendo a natureza indenizatória das parcelas.

Um dos exemplos mencionados por Dino foi o controverso auxílio-alimentação natalino, que já foi cogitado em alguns círculos. O ministro destacou a importância de impor esses limites para salvaguardar a justiça e a equidade salarial dentro do judiciário, assegurando que a divisão de recursos públicos não seja comprometida por práticas que fogem à legalidade e ao bom senso.

FAQ – Benefícios e Limites Salariais na Magistratura

O que levou Flávio Dino a anular o benefício ao ex-juiz?

Dino anulou o benefício devido à suposta violação de artigos da Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN) e distorções salariais.

Qual foi o valor do benefício solicitado pelo ex-juiz?

O ex-juiz solicitou um pagamento retroativo de R\$ 26.327,77, já corrigido monetariamente.

Por que Dino critica os ‘supersalários’ no Judiciário?

Dino considera que os ‘supersalários’ representam um abuso dos recursos públicos e distorcem a equidade salarial.

O que a LOMAN representa para a magistratura?

A LOMAN é a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que rege os princípios e diretrizes da magistratura no Brasil.

O que é o auxílio-alimentação natalino mencionado?

O auxílio-alimentação natalino é um exemplo de benefício controverso sugerido em alguns círculos do judiciário.

Que justificativas são usadas para pagar benefícios elevados?

Justificativas incluem isonomia e ‘venda’ de benefícios, mas podem não refletir a natureza indenizatória original das parcelas.

Fonte:

<https://exame.com/brasil/dino-derruba-beneficio-a-ex-juiz-de-minas-e-critica-criacao-de-auxilios-a-magistrados/>